



# Escritos, costuras e preces: histórias femininas e a construção de novas práticas na América portuguesa

Silvia Maria Amâncio Rachi Vartuli

Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

Doutoranda em História da Educação na Faculdade de Educação (UFMG)

silrachi@yahoo.com.br

**RESUMO:** Este texto foi elaborado a partir da pesquisa de doutorado que vem sendo realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A investigação apresenta como objeto de estudo a inserção social feminina em Minas Gerais nos séculos XVIII e início do XIX a partir do contato com os elementos da cultura escrita. Busca evidenciar como os grupos femininos, ao estabelecerem relações com este conhecimento, construíram estratégias de negociação com as instâncias representativas de poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instrução feminina, Minas colonial, Educação.

**ABSTRACT:** This text was developed from doctoral research, which is being held at the Faculty of Education, Federal University of Minas Gerais. The research appears as the object of study the social integration of woman in Minas Gerais in the eighteenth and early nineteenth centuries from the contact with the elements of literacy. Seeks to show how women's groups to establish relations with this knowledge, build trading strategies with the representative bodies of power.

**KEYWORDS:** Female education, Colony, Education.

## Introdução: A historiografia e o papel das mulheres na sociedade

Nas últimas décadas, na esteira do movimento de renovação historiográfica no Brasil, muitos estudos iluminaram as trajetórias e ações realizadas pelas mulheres nos diferentes períodos da história. Investigações que buscaram preencher as lacunas sobre o feminino nos processos sociais, palavras que questionaram a historiografia tradicional ao mesmo tempo em que verbalizaram as realizações, resgataram os papéis e desbravaram as trilhas por onde andaram indígenas, brancas, negras, mulatas de outrora. Historiografia que se tornou referência sobre a temática e que buscou dar voz a agentes fundamentais na formação da sociedade brasileira<sup>1</sup>. Ao longo da história do Brasil, o lugar de sobrevivência e vivência feminina tem sido recuperado e

<sup>1</sup>A esse respeito ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília, 1993; PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Contexto, 2000; PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.



vasta documentação de pesquisa histórica vem sendo utilizada nesta intenção: fontes eclesiásticas, processos criminais, inventários e testamentos, jornais, correspondências pessoais, obras de cronistas e viajantes. Essa documentação também tem atendido às pesquisas em História da Educação. Nesse último campo, por meio dos esforços investigativos mais recentes, as mulheres saíram da invisibilidade e ocuparam os bancos das escolas imperiais e republicanas, desempenhando papéis significativos como mestras, escritoras e intelectuais nesses períodos.

Contudo, no que respeita às práticas educativas no período colonial, relacionadas ao universo feminino, percebemos certo silêncio historiográfico interrompido por poucos trabalhos na área<sup>2</sup>. Ainda é preciso fazer florescer e dar a conhecer tais processos e seus sujeitos na América portuguesa, recuperar as trajetórias e nomear os atores. São protagonistas de uma história adormecida, pouco dita. Fazer emergir essas mulheres, seus saberes e suas ações, significa realizar um exercício investigativo aprofundado, não apenas descritivo, mas o mais exaustivo possível na análise das fontes, atentando-se para as especificidades dos contextos, minucioso e perspicaz em sua narrativa.

Acreditamos ser necessário investigar sobre as práticas educativas conectadas ao universo feminino na América portuguesa ao constarmos mudanças nos padrões de comportamento ao longo de todo o período colonial. No final do século XVIII, as práticas de sociabilidades femininas apresentaram indícios de transformações, as quais se acentuaram e tornaram-se ainda mais significativas após a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808. As mulheres passaram a frequentar outros espaços como teatros ou óperas e a conversar publicamente com os homens, pelo menos em alguns centros urbanos<sup>3</sup>. O cotidiano deixava aos poucos de ser tão transitório e instável e começava a dar sinais de novas formas de se viver. Se por um lado, a vida social acontecia com base nos padrões europeus, por outro, revelava especificidades, elementos que constituíam e sedimentavam raízes das formas de se viver na América portuguesa. Novas práticas eram delineadas as quais, certamente, demandaram outros conhecimentos e informações. Podemos afirmar, porém, que apesar de novos saberes virem à tona a partir das demandas da realidade, a educação institucional não se tratava, de forma geral, de uma característica dos grupos femininos. De acordo com a historiadora Leila Mezan Algranti:

---

<sup>2</sup> Particularmente os estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da professora Thais Nivia de Lima e Fonseca.

<sup>3</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Souza, Laura de Mello (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 117.



No século XVIII, a educação feminina estava longe de ser uma idéia generalizada ou uma prática corriqueira mesmo entre a elite da Colônia que lançava mão dos recolhimentos para fins educativos. Nem totalmente conventos, nem escolas, as instituições femininas de reclusão situavam-se a meio caminho dos dois modelos de estabelecimento e serviam a vários propósitos do que toca à vida das mulheres.<sup>4</sup>

Neste contexto, o trabalho manual, sempre recomendado às mulheres como parte da educação voltada para a preparação para o casamento, ocupou lugar importante. Os conhecimentos relacionados aos cuidados com a saúde, o conhecimento das receitas caseiras, dos afazeres da cozinha, do preparo dos alimentos como a salga da carne e do peixe, a fiação do algodão e sua tecelagem eram cotidianos, enfim, “a chamada indústria caseira ocupava todos os habitantes da casa”.<sup>5</sup>

Muito embora seja clara a existência de um discurso educativo “oficial” que objetivava a preparação da mulher para as funções de mãe e esposa, percebemos, por meio dos estudos realizados e da análise documental, que algumas mulheres exerceram atividades que em muito extrapolaram as diretrizes desses mesmos discursos. Ao travarem contato com a cultura escrita, essas mulheres ampliaram seus círculos de convívio e atuação, como a presença decisiva na administração da indústria doméstica, e redefiniram, assim, os caminhos da vida na América portuguesa e da própria estrutura desta sociedade.

147

### **Viúvas, esposas, mães e administradoras: outros sujeitos e um novo desenho para a América portuguesa**

Nos idos de 1784, Dona Tereza de Jesus, viúva do Tenente Francisco de Sá Mourão, moradora da Freguesia do Ouro Preto de Vila Rica, solicitou à Rainha “a mercê de lhe conceder a tutela de seus filhos e administração de seus bens” e declarou que “viveu com seu marido sempre portas adentro unidos em boa sociedade”, de acordo com os preceitos morais e ensinamentos religiosos da época:

Diz Dona Tereza de Jesus, viúva que ficou do Tenente José Francisco de Sá Mourão, da Freguesia de Ouro Preto de Vila Rica, Minas Gerais, que achando-se em idade de trinta e cinco annos com capacidade suficiente para administrar as pessoas, e bens de seus filhos orphãos que lhe ficarão do mesmo defunto seo marido, e conservando-se no estado de viúva honesta deseja empregarse na administração, porque concorre na

<sup>4</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília, 1993, p. 260-261.

<sup>5</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: SOUZA, Laura de Mello (org). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Sobre o cotidiano na colônia, as atividades exercidas no ambiente doméstico, os costumes e modos de vida, a historiadora chama a atenção para a importância dos registros dos cronistas e viajantes como ricas fontes de pesquisa.



(sic) as qualidades necessárias, como mostra pelo instrumento dessa justificação que oferece resposta no mesmo instrumento do doutor curador.<sup>6</sup>

O referido requerimento é parte integrante do testamento de seu marido, onde se encontra também a declaração de uma testemunha afirmando que Dona Tereza de Jesus possuía grande capacidade de administração, pois sempre fizera a “escrita do casal”.

Já Dona Quitéria Maria de Barros casou-se com o português José Ribeiro de Carvalho na Vila de Sabará e, após ficar viúva, tornou-se tutora de seus filhos. À época do testamento de seu esposo, foram declarados seis filhos vivos frutos dessa união. Dois meninos: José, então com 12 anos, Manoel com 2 anos; e quatro meninas: Anna com 8 anos; Mariana com 7 anos; Bernarda de 5 anos e Joaquina de 3 anos. Seu marido, natural da Freguesia de Santo Adrião Arcebispado de Braga, já havia sido casado, possivelmente em Portugal. Além do casal de filhos do primeiro casamento José Ribeiro teve mais um filho, Antônio Ribeiro de Carvalho, com a parda Antonia Rangel de Abreu. Antônio, que vivia com o pai, fora instituído seu herdeiro aos 26 anos de idade. Em seu testamento, José Ribeiro, que ocupava considerável posição social em Sabará, nomeou sua esposa administradora dos bens e tutora dos filhos devido ao reconhecimento de sua “grande capacidade e inteireza”<sup>7</sup>. Esposa zelosa, boa mãe, cumpridora de seus deveres, Dona Quitéria, após a morte de seu marido, cuidou de todas as demandas da casa e das responsabilidades que lhes foram atribuídas. Pagou dívidas e serviços, comprou livros e jóias para as suas filhas, artigos de vestuários para os filhos e contratou mestres particulares para os dois meninos. Preocupou-se em ensinar às filhas os bons costumes, além da costura, da leitura e escrita, “tudo com educação e recato, e cuidado grande para no seu tempo dar a melhor arrumação de seus estados e com amor de mãe as sustentava, vestia e tratava nas suas enfermidades (...)”<sup>8</sup>. Podemos supor, com exceção de Bernarda que não aprendera a leitura e a escrita, que Dona Quitéria ensinou suas filhas a ler e a escrever no ambiente doméstico, pois não constam recibos de pagamentos de aulas particulares para as meninas. Quanto aos meninos, José, que possivelmente já havia frequentado na infância as aulas de primeiras letras, permaneceu durante sete anos nos estudos da gramática latina e depois foi viver no Rio. Manoel aprendeu as primeiras letras em aulas particulares como podemos verificar por meio da prestação de contas feita pela mãe.

As histórias de Dona Tereza e de Dona Quitéria são exemplos da existência de mulheres na América portuguesa que estabeleceram contato com a cultura escrita e que podemos

<sup>6</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). cx 122 doc 33. Testamento de Francisco de Sá Mourão. (Foi mantida a redação original dos documentos).

<sup>7</sup> Museu Ouro/ Casa Borba Gato (MO/CBG). CSO- I (31) 257, 1770. Inventário de José Ribeiro de Carvalho.

<sup>8</sup> MO/CBG. CSO- I (31) 257, 1770. Inventário de José Ribeiro de Carvalho.



caracterizar como possuidoras de certa instrução, fator que permitiu às mesmas o desempenho funções importantes na sociedade. Questão candente, mas ainda pouco investigada na História da Educação, os saberes femininos no contexto colonial bem como as práticas daí decorrentes podem elucidar aspectos fundamentais da configuração e dinâmica daquela sociedade. Pensar as práticas educativas na colônia requer, entretanto, o alargamento da concepção do que seja ensinar e aprender neste período. Obriga-nos a descortinar diferentes possibilidades de aprendizagem que se esboçaram fora dos espaços institucionais de educação. Devemos, portanto, tentar identificar os saberes que circulavam nos vários espaços sociais, como eram apreendidos e buscar evidenciar como sua assimilação proporcionou às mulheres a construção de estratégias e de possibilidades de negociações no jogo social.

Para a melhor compreensão sobre os conceitos de estratégias e de práticas educativas, assim como o desenvolvimento desses processos na América portuguesa, seguimos as orientações de Thais Nivia de Lima e Fonseca elaboradas a partir das elucidações teóricas de Michel de Certeau, Roger Chartier e Pierre Bourdieu. Segundo essa autora:

Numa perspectiva ampliada a idéia de práticas educativas aparece como tributária do conceito de práticas culturais, desenvolvido tanto por historiadores quanto por sociólogos. Respeitando as diferenças entre eles, considero adequadas aos meus propósitos suas definições das práticas como maneiras de fazer cotidianas dos sujeitos históricos relacionadas social e culturalmente na construção de seus espaços, suas posições e identidades. Analisadas como práticas culturais, as práticas educativas também implicam o estabelecimento de estratégias.<sup>9</sup>

149

Especificamente no que concerne ao desenvolvimento dessas estratégias pelos grupos sociais, a autora acrescenta:

O estudo assim fundamentado implica a análise de estratégias e práticas educativas, processo que, realizados ao longo de tempos mais dilatados, fizeram parte da formação cultural brasileira. A investigação sobre educação no período colonial pode, assim, levar em conta a diversidade e as particularidades da sociedade brasileira de então, considerando suas especificidades regionais.<sup>10</sup>

Como nos esclarece Fonseca, estudar as práticas educativas no mundo colonial leva-nos a considerar a constituição das relações sociais, suas conexões com as dimensões políticas e econômicas e a construção de uma cultura peculiar tanto no que tange ao Império Português, quanto no que respeita às diferentes regiões da colônia.

### **Discursos educativos, cultura escrita e papéis sociais**

<sup>9</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 10.

<sup>10</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa, p. 11-12.



A partir especialmente da segunda metade do século XX, muitas pesquisas se propuseram a investigar as imbricações e tensões culturais existentes no período colonial, inclusive no que concerne ao universo feminino, tomando como diretrizes teorizações desenvolvidas pela História Social entrecruzadas a conceitos trabalhados ou (re) elaborados pela História Cultural. No entanto, poucas delas apresentam como ponto central de análise os processos educativos no referido contexto, ou seja, não abordam as práticas culturais e comportamentos sociais como práticas conectadas a um dado discurso educativo ou contestadoras do mesmo. Ao enfocarem as tensões sociais nesse período buscam compreender ou ressaltar as ações governamentais, as relações de poder entre Estado e Igreja, o papel de alguns agentes na configuração da economia, além da rebeldia de alguns segmentos sociais como componente da dinâmica colonial.

Estudar a circulação, interpenetração e utilização de saberes no período colonial requer a compreensão de que as práticas educativas são processos históricos dotados de particularidades e que extrapolaram os espaços responsáveis pela “educação institucional”. Investigar especificamente estas práticas relacionadas ao universo feminino permite uma ampliação acerca das informações e interpretações sobre um objeto ainda pouco explorado. Nosso interesse volta-se para as formas de instrução das mulheres na intenção de se descortinar não somente os caminhos ditados e definidos, mas o possível acesso e relações estabelecidas com os elementos que configuram a chamada cultura escrita e os desdobramentos dessas mesmas relações no cenário social. Para tanto, a compreensão dos papéis desempenhados pelas mulheres, dos espaços por elas frequentados, de suas práticas cotidianas ou eventuais e das trocas culturais ocorridas nesse contexto permite um melhor entendimento da realidade colonial. Realidade que é abordada considerando-se a complexidade de sua dinâmica social que comporta a idéia de “unidade e fragmentação, dependência e autonomia, exploração e integração”.<sup>11</sup>

Segundo Fonseca:

Como então pensar essas questões em relação à História da Educação? Em que medida a flexibilização do entendimento das relações coloniais nos ajudaria a desenvolver pesquisas que façam avançar a compreensão acerca da educação no Brasil antes da sua constituição como Estado nacional?<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Processos e práticas educativas no século XVIII: um estudo sobre fontes de pesquisa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. *História, guerra e paz*, v. 1, Londrina: Editorial Mídia, 2005, p. 7.

<sup>12</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Processos e práticas educativas no século XVIII: um estudo sobre fontes de pesquisa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. *História, guerra e paz*, p. 7.



Neste sentido, ao abordarmos as questões relativas aos processos educativos no período colonial, torna-se fundamental esclarecer que as formas de leitura e escrita assumiram dimensões diversificadas naquele contexto, sendo incisivamente marcadas pela prática da oralidade. “As relações e mediações ocorridas entre indivíduos e grupos sociais e o mundo da cultura escrita são muito mais complexas”, pois são esboçadas em quadros diferenciados. Grupos inscritos em tradições marcadas pela oralidade desenvolvem, muitas vezes, táticas diferentes daquelas utilizadas por grupos naturalmente vinculados ao mundo letrado.<sup>13</sup>

A análise dos testamentos que compõem o acervo da Câmara Municipal de Sabará, presentes no Arquivo Público Mineiro, nos permite vislumbrar tal diferenciação. As relações estabelecidas pelas mulheres com a cultura escrita abriram caminhos para sua efetiva participação em decisões referentes aos rumos de suas próprias vidas, das vidas de seus filhos, parentes, conhecidos e escravos. Isso porque deixam claro nos testamentos a “última e derradeira” vontade, deliberando sobre partilhas de bens, posses, e condição dos cativos. É o que podemos constatar no testamento de D. Anna Maria Barboza, feito aos 16 de setembro de 1820:

Tendo assim ordenado o meu testamento quero e he de minha vontade que meu testamenteiro e herdeiro, nem seja obrigado a fazer inventário, nem a dar contas em juízo visto que as disposições que fiz lhe deixei em carta particular e apenas com juramento que der no juízo da alternativa, se dará por cumprido tudo o que lhe ordenei, cuja a carta nomeada será obrigado a apresentar em juízo(...). Desta forma dou por perfeito o meu testamento que quero valha, e tenha o devido vigor, e por estar feito e escripturado segunda a minha vontade o asignei com o signal que costume fazer.<sup>14</sup>

151

Ou ainda no testamento de Maria da Conceição Coutinha: “declaro que a escrava Luzia Crioula que he muito idoza, e desejo lhe fazer algum beneficio, a deixo (sic) para sua liberdade pelo preço que lhe derem os avaliadores do concelho”.<sup>15</sup>

Durante a leitura de todos os testamentos constatamos certa autonomia feminina com relação às ações e desejos e verificamos que as mulheres solicitavam que o testamento fosse lido e somente depois desta leitura assinavam-no ou pediam que fosse assinado quando declaravam não saber ler nem escrever. Neste último caso, é interessante perceber que mesmo não possuindo as habilidades de leitura e escrita, elas ouviam, como de praxe, a leitura feita para confirmarem se o

<sup>13</sup> GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Leituras de cordel em meados do século XX: oralidade, memória e a mediação do outro. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 370.

<sup>14</sup> Arquivo Público Mineiro (APM). CMS, 209, f. 174. Cópia do testamento de D. Anna Maria Barboza. 16/10/1820.

<sup>15</sup> APM. CMS, 209, f. 50-50v. APM. Cópia do testamento de Maria da Conceição Coutinha.



conteúdo escrito correspondia ao que havia sido ditado, processo que conferia legitimidade ao documento, além de revelar a importância da oralidade na América portuguesa.

No que diz respeito à oralidade e sua relação com a escrita como forma de compreensão e inserção no mundo social, alguns estudos têm nos ajudado a compreender como se processou a circulação de saberes por meio da oralidade e os papéis ativos que os sujeitos assumiram neste processo. De acordo com Luiz Carlos Villalta:

Os progressos da privatização não eliminaram nem a oralidade nem a publicidade na relação estabelecida com os livros. A leitura oral, pública e privada era corrente em Portugal no Setecentos. Em Lisboa, d. João V, quando doente, e seu sucessor, d. José I, adotavam o sistema de “ouvir ler”; lavadeiras, carregadores, moleques de rua juntavam-se para ouvir as histórias contadas por cegos e adquirir folhetos de cordel. Em Coimbra, os estudantes, vários deles brasileiros, em suas casas e também pelas ruas, liam oralmente os livros, emprestavam-nos, expunham e discutiam seus conteúdos (...). Em Ouro Preto nos idos de 1722, várias pessoas reuniam-se com Diogo Henrique para ouvir-ler o livro *Eva e Ave* e falar sobre a vida dos santos.<sup>16</sup>

Segundo o autor, a despeito das diferenças entre a metrópole e a colônia e do olhar vigilante da Coroa com relação aos hábitos e práticas de seus súditos, alguns costumes foram trazidos, adaptados e vivenciados na América portuguesa, sendo a oralidade um deles. É correto afirmar, portanto, que o hábito de leitura em voz alta além de criar uma sociabilidade que girava em torno da diversão e informações decorrentes destas leituras, também fazia parte do cotidiano em suas questões mais práticas. Em todos os testamentos lidos até o momento, apesar do número considerável de mulheres que declararam não saber ler nem escrever, todas solicitaram a leitura dos testamentos para somente depois o assinarem ou pedirem que assinassem por elas, como ilustram os trechos transcritos abaixo:

(...) roguei ao capitão Joaquim Ferreira da Rocha (sic), que este me escrevesse, e por achar estas conforme ao que eu lhe ditei o asignei.<sup>17</sup>  
 (...) Pedi a Jozé Manuel da Silva que este por mim escrevesse dictandoo (sic), que por ficar conforme a minha vontade o asignei com minha firma.<sup>18</sup>  
 (...) Nesta forma, hey por concluído este meu testamento, e se para sua validade faltar agũa clauzula, ou clauzulas, aqui as hey por expressar, e declaradas e por ser esta minha ultima vontade pedi a Joze da Rocha Lima, que por mim assignasse, e eu me assignei com o meu signal costumado nesta Villa de Sabará aos seis de julho de 1789 = Anna Joaquina da Silva (...)<sup>19</sup>

Sabemos que este processo era usual e contribuía para transformar o testamento em documento legítimo. Porém, é fundamental frisar novamente a importância e o significado da

<sup>16</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 378-379.

<sup>17</sup> APM. CMS, 209, f.168-169. Testamento de Anna Maria do Carmo. 24/05/1815.

<sup>18</sup> APM. CMS, 209, f. 172-172v. Testamento de Apolonaria de Santa Anna. 07/04/1820.

<sup>19</sup> APM. CMS, 209, f. 52, 53, 53v. Testamento de Anna Joaquina da Silva. 03/09/1806.





leitura para a gerência da vida pessoal. A leitura em voz alta perpassou a vida familiar e a vida pública, levando à concretização dos anseios, à organização do cotidiano, ao lazer e ao questionamento dos valores estabelecidos. “Na colônia, liam-se e debatiam-se obras que contestavam os dogmas do catolicismo e as normas eclesiásticas (...)”<sup>20</sup>. Ainda de acordo com Villalta:

A oralidade e a publicidade da leitura, embora comum entre os letrados, representava, sobretudo, uma alternativa para os analfabetos ou para os que entendiam apenas o português (...) A oralidade ressoava nos templos religiosos, nos colégios jesuíticos e nas aulas régias (...) Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura e os livros foram cada vez mais se agasalhando no espaço doméstico.<sup>21</sup>

Villalta chama nossa atenção, ainda, para a importância de se compreender a educação colonial a partir de certas perspectivas como a luta pela subsistência e os diferentes significados que a preservação da sobrevivência e a educação – tanto no espaço escolar quanto fora dele – possuíam para sujeitos que ocupavam lugares sociais diferenciados. Com esta intenção, o autor afirma:

As perspectivas educacionais foram limitadas pela precariedade da existência da maioria dos indivíduos: a luta para subsistir, reduzindo-se quase literalmente ao sobreviver, impedia-os de alimentar maiores expectativas em relação à escola, que já lhes era inacessível pelos múltiplos obstáculos colocados pelo Estado. Os limites de sua experiência no mundo, suas diminutas possibilidades de agir e apreender a realidade confinavam-nos no desinteresse pelo saber.<sup>22</sup>

Sem dúvida a luta para subsistir foi constante no universo colonial assim como a precariedade da existência dos indivíduos, como muitos estudos já demonstraram. No entanto, acreditamos que as limitações impostas pelas circunstâncias não devam ser tomadas como fatores determinantes e exclusivos no que tange à capacidade dos indivíduos em apreender a realidade ou interessar-se por alguma forma de instrução. Alguns indícios presentes na documentação pesquisada revelam-nos não apenas a capacidade de apreensão da realidade por parte de algumas mulheres, como a possibilidade de estabelecer relações de interesse com o saber e com a educação, configurando-se essa, muitas vezes, em um valor. No testamento do Alferes Lourenço de Oliveira, identificamos indícios acerca da capacidade de sua esposa em apreender a realidade e administrar a própria vida e as vidas de seus filhos. Segundo afirma o próprio Alferes:

<sup>20</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, p. 380. [Grifo nosso].

<sup>21</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, p. 374-375.

<sup>22</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, p. 352.



(...) porque sempre achei na dita minha mulher toda a capacidade precisa para educar os nossos filhos, e zelar os bens que lhe pertencerem por isso he de minha vontade instituir, nomear e declarar como instituo, nomeyo, e declaro a dita minha mulher por Tutora, testamenteira dos ditos meus filhos... Declaro que em puder da minha testamenteira há de ficar hum livro por mim rubricado com declaração das folhas assim com huã carta fixada para pelo dito livro, e carta ella se reger, e de tudo quanto em hum, e outra se achar escripto por mim ou (sic) da minha ordem com a minha rubrica terá o inteiro rigor, e quero se cumpra.<sup>23</sup>

A passagem acima, apesar de fazer parte de certo modelo discursivo próprio aos testamentos, demonstra indícios não apenas da capacidade de interpretação e apreensão da realidade, mas de uma efetiva intervenção no cotidiano da sociedade. O interesse feminino em gerir os bens, cuidar e educar os filhos era constante. Somada à análise dos testamentos, a leitura dos requerimentos feitos por mulheres viúvas solicitando provisões para administrar bens e pessoas possibilita-nos fazer tal afirmativa. Até o momento foram analisados cerca de 30 requerimentos que compõem o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Neles tomamos conhecimento do número significativo de mulheres que demonstravam interesse em gerir os negócios, cuidar dos filhos e educá-los. Apesar de não podermos afirmar que essas mulheres sabiam ler e escrever é possível questionar: seriam elas completamente alheias a todas as formas de instrução, particularmente àquelas relacionadas à cultura escrita? Como já afirmamos, nos requerimentos analisados as mulheres demonstram interesse em administrar os bens e educar os filhos, como no caso de Dona Genoveva Maria:

Diz Genoveva Maria de Jesus, viúva de Joze Ferreira Lopez, e assistente na Freguesia de São Miguel, Termo da Cidade de Marianna, Capitania das Minas Geraes, que por fallecimento do dicto seu marido lhe ficarão seis filhos, trez varoens, e trez gêmeas, todos menores de vinte e sinco annos. **E porque na suplicante concorrem as precisas qualidades para os educar**, e administrar todos os seus bens, e legitimas que lhes (sic), e houverem de pertencer como consta da justificação junta, pertende que Vossa Magestade lhe mande passar provizão para effeito de ser a suplicante tutora e curadora dos bens dos dictos seus filhos...

Justifica que (sic) de provizão do fallecimento de seu marido José Ferreira Lopes, se tem conferido no Estado de viúva com todo o recato, honra e virtude sem que seja a mais (sic) procedimento...(sic) Justifica que lhe ficarão por morte se seu marido trez filhos varoens, trez filhas gêmeas, todos menores de vinte e sinco annos, os quais todos conserva em sua companhia, **educando-os, e ensinando-os**, como fazem as mulheres honradas de sua qualidade. Justifica que a suplicante **tem (sic) juízo e entendimento para bem reger e administrar** as legitimas que pertencerão aos orphãos seus filhos (...).<sup>24</sup>

Verificamos, com base nos requerimentos analisados até o momento, que as mulheres traçaram estratégias para serem tutoras de seus filhos assim como administradora de seus bens.

<sup>23</sup> APM. CMS, 209, f 50-51-51v. Testamento do Alferes Lourenço de Oliveira. 12/08/1806.

<sup>24</sup> AHU – Cons. Ultra – Brasil/ MG – Cx:111, Doc:14. APM. Requerimento de Genoveva Maria de Jesus, viúva de José Ferreira Lopes (1777).



Na maioria dos requerimentos menciona-se a intenção de cuidar e educar os filhos, fato que revela a posse ou a valorização de certa instrução, mesmo que esta não se refira diretamente ao letramento ou exclusivamente à educação institucionalizada. É o que podemos constatar no trecho:

Diz Dona Maria do Nascimento viúva que ficou do Alferes Dionizio da Fonseca da Campanha do Rio Verde comarca do Rio das Mortes, que do dito seu marido lhe ficarão seis filhos órfãos menores dos quais a suplicante quer ser tutora, para o que tem os requisitos necessários, e os quer alimentar, **educar, e mandar ensinar** a sua custa, do que não chegarem as legítimas, para cuja tutela, e administração necessita de provisão de Vossa Magestade.<sup>25</sup>

Observamos, desta forma, que na América portuguesa era frequente a preocupação das famílias com a educação de seus filhos, mesmo que essa acontecesse no espaço doméstico. Fonseca afirma ao analisar as formas de instrução e educação na capitania de Minas Gerais que:

(...) Refiro-me particularmente às ações das associações religiosas leigas e às iniciativas das próprias famílias que, quando podiam, buscavam por seus próprios meios oferecer algum tipos de educação aos seus filhos. Por isso, na Capitania de Minas Gerais, foi relevante a atuação de professores particulares, principalmente de primeiras letras – mesmo depois da instituição de aulas régias – bem como dos mestres de ofícios mecânicos.<sup>26</sup>

A partir do que nos aponta a autora, é correto pensar que os aprendizados relativos às primeiras letras, aos ofícios manuais e mecânicos e à gerência de bens e administração da vida social podem ser compreendidos como processos educativos relevantes na dinâmica social. É verdade que, em se tratando do aprendizado das primeiras letras, a autora se refere ao universo masculino, uma vez que às mulheres eram designadas as funções necessárias para seu bom desempenho como mãe e esposa. Contudo, as mulheres travaram contato também com os conhecimentos direcionados aos homens, seja por meio da oralidade, pela convivência familiar ou pela participação em diferentes espaços sociais. Sendo assim, se partirmos do pressuposto de que o saber letrado na América portuguesa - apesar de oficialmente ser adquirido pelos homens - não era algo estanque no tempo e espaço, mas circulava e era apreendido pelas mulheres, poderemos vislumbrar a atuação feminina para além do discurso religioso e moral que a esse grupo era destinado. Nesta perspectiva, percebemos a realização de diferentes tarefas pelas mulheres como se “alfabetizadas fossem”, pois declaravam ser capazes não apenas de cuidar, educar e ensinar os filhos, mas reger e administrar bens e legítimas. Mesmo quando os homens

<sup>25</sup> AHU – Cons. Ultra – Brasil/ MG – Cx: 92, Doc: 49. APM. Requerimento de Maria do Nascimento, viúva de Dionísio da Fonseca (1768).

<sup>26</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa, p. 111.



assumiram papéis de mediadores da relação entre as mulheres e a cultura escrita, essas foram capazes de interpretar, demandar e definir aspectos importantes da vida social.

Justino Pereira de Magalhães, ao analisar o “caso português, no decurso do Antigo Regime”, afirma:

(...) Há grupos socioprofissionais que exercem funções como se de alfabetizados se tratasse: é o caso de certo tipo de criados e negociantes, cujas proximidade e necessidade de comunicar-se sob lógicas de quantificação, e de, no quotidiano acompanharem com letrados, os aproxima das lógicas da cultura escrita, afectando a sua maneira de pensar e agir. Também, num contexto de pragmatismo comunicacional, é necessário questionar o ‘para quê’ da utilização da linguagem oral e muito excepcionalmente da linguagem escrita (...) que relação entre oral e escrito? Estas diferentes práticas de comunicação constituem, no plano histórico, um *continuum* de comunicabilidade, desde alguém que se limita a receber uma mensagem e confirma a sua presença, chancelando com uma marca gráfica (sigla), ou solicitando alguém que por ele chancela (a rogo) (...).<sup>27</sup>

Nesta perspectiva, as formas estabelecidas de contato com o escrito devem ser consideradas em todas as suas dimensões, detalhes, e contradições. Apesar de ser a sociedade colonial marcada e legitimada pela cultura escrita e o aprendizado das primeiras letras apresentar-se, por vezes, como caminho para a inserção social, é correto inferir que mesmo as pessoas que não dominavam a escrita dela fizeram uso e atuaram na sociedade. Interpretavam leituras e tomavam decisões a partir dessa interpretação, legitimavam documentos marcando-os com seu “sinal costumaz”, além de testemunharem diferentes processos, dentre outras práticas.

Isso posto, buscamos aprofundar nossa compreensão acerca de alguns fenômenos como os de letramento ou literacia, de alfabetizado e analfabeto. Para Justino Pereira de Magalhães é imprescindível que pensemos em níveis diferenciados de alfabetização, sendo que

a alfabetização enquanto fenômeno cultural, integra-se numa problemática global que envolve três noções básicas: representação, prática e apropriação (...) que no contexto da cultura escrita, a noção de representação implica uma aproximação à evolução dos códigos lingüísticos, uma aproximação à trajetória histórica da conversão a escrito, através de registros minemónicos, sentencias e outros de grande parte dos sistemas de pensamento (...). A prática no seu sentido mais amplo, força o investigador a uma articulação crítica e avaliativa entre as dimensões projectuais e sua efetivação, tomando em atenção quer a relação entre os contextos e as manifestações comportamentais e expectativas de grupos social e culturalmente diferenciados, quer a trajetória histórica de gestação de necessidades e de valoração das práticas literácitas. Por fim há que se considerar a noção de apropriação – o tempo dos sujeitos – que traduz capacitação e cujo conhecimento envolve uma articulação – diferenciação entre “literacia”, enquanto aproximação e inserção mais ou menos consciente na dinâmica histórica da cultura escrita e alfabetização como processo de ensino – aprendizagem,

<sup>27</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 13-14. (O português de Portugal, utilizado na redação desta referência bibliográfica, foi mantido nas citações).



com vista a uma prática e uma participação com propriedade nas decisões individuais e grupais, mediante uso integrado das práticas da leitura e da escrita.<sup>28</sup>

Tais orientações metodológicas auxiliam-nos a perceber de maneira mais atenta e detalhada as diferentes formas de relação com a instrução e com a cultura escrita como caminho para a interpretação e o posicionamento diante da realidade social. As mulheres ao estabelecerem o contato com a leitura e a escrita eram capazes de interpretar a realidade e atuar sobre ela, muito embora esta atuação ocorresse, em certas situações, mediadas pela figura masculina. O estudo das formas de atuação das mulheres na América portuguesa - a partir das relações estabelecidas com o universo escrito e com as instâncias representativas de poder que, na maioria das vezes, encontravam-se personificadas na figura masculina – insere-se no quadro de renovação historiográfica, pois se afasta de perspectivas analíticas tradicionalmente sexistas que costumam subestimar ou superestimar os papéis femininos. Igualmente diferencia-se de estudos tradicionais que criam categorias estanques e dicotômicas com relação ao processo de apreensão da cultura escrita, tais como leitores e não leitores, alfabetizados e analfabetos.

Devemos, neste ponto, considerar que as teorizações desenvolvidas pela História Social auxiliam-nos a compreender a trama social como cenário de conflitos, contradições, confrontos e de elaboração de estratégias. As mulheres ao tecerem suas relações e agirem no cotidiano assumiram o lugar de sujeitos formuladores da vida social. Eram portadoras de identidades, singularidades e subjetividades. Sujeitos atuantes que imprimiram modificações no mundo do trabalho, da política, da afetividade.

Com esse objetivo, seguimos as orientações da História Social, em especial as contribuições da historiografia inglesa no que respeita à superação das visões limitadoras e compartimentadas da realidade, destacando-se o papel atuante dos agentes históricos. Da mesma maneira, os estudos desenvolvidos no interior da História Cultural indicam caminhos para que possamos compreender as representações e as práticas engendradas por diferentes sujeitos, num dado momento histórico, como fatores configuradores do porvir social. Pretendemos, portanto, valorizar a dimensão política de acordo com uma ótica que busca compreender as relações entre os homens como uma construção que se edifica e se desenrola pautada nas experiências dos sujeitos. Ou seja, identificamos e ressaltamos a capacidade de homens e mulheres refazerem cotidianamente seus caminhos, atuações e as percepções que possuem sobre o real. Tal

---

<sup>28</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2001, p. 13-14.



abordagem possibilita a extrapolação do campo institucional para outras dimensões e espaços de exercício de múltiplos poderes.

Dentro deste quadro teórico, a investigação das vidas das mulheres que estabeleceram contato com a cultura escrita inspira-se no princípio de que os casos mais raros não podem ser encarados como algo fora da história. Aquilo que não pode explicar o contexto por não constituir uma regularidade. Pelo contrário, as exceções podem nos servir como exercício de redução da escala de análise. Esta opção metodológica revela o detalhe de maneira mais nítida e com cores e traçados mais bem definidos, movimento que facilita e permite uma melhor compreensão do todo. Ao voltarmos nosso foco de análise para as mulheres consideradas exceções, não diminuimos ou limitamos nossa capacidade investigativa, mas aprofundamos nosso olhar, perseguimos as trajetórias de suas vidas, trabalhamos com os indícios documentais de maneira verticalizada e alteramos, assim, o conteúdo do que é observável e observado. Recuperamos o que parecia sem importância, desbotado ou frágil na imensidão da estrutura de todo um sistema, procedimento metodológico que se inscreve no campo das orientações advindas da abordagem micro-histórica. Se, como supomos, o contato com elementos da cultura escrita possibilitou a inserção de certas mulheres na sociedade colonial, os indícios presentes nas fontes documentais mesmo que raros não são menos importantes para a explicação do funcionamento social e do papel dos diferentes saberes neste contexto. “Uma leitura atenta de um número relativamente pequeno de textos respeitantes a uma crença determinada pode dar mais fruto do que um amontoado de documentação repetitiva”.<sup>29</sup>

158

Coerentes a essa lógica investigativa tomamos as vidas individuais e singulares de cada sujeito como processos por apresentarem marcas de uma dada estrutura e constituírem-se como configuradoras de um sistema, partes integrantes do mesmo, proporcionando uma nova compreensão da realidade social. A despeito de não ser a educação letrada uma regra para os grupos femininos na América portuguesa, é inegável que as mulheres fizeram uso desse conhecimento. Mesmo quando mediadas pela figura masculina, transcenderam os limites a elas traçados pela moral e pela religião. Atuaram como administradoras de bens e pessoas como mostram os documentos consultados, extrapolaram o espaço da casa e deixaram transparecer o interesse pela instrução além de demonstrarem percebê-la, muitas vezes, como um valor. Ao rastreamos os caminhos trilhados por essas mulheres na América portuguesa, buscamos nomear os atores, evidenciar suas práticas e redes de sociabilidades. A análise assim detalhada nos permite

---

<sup>29</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 214.



um olhar mais estreito capaz de desvendar um novo desenho social traçado pelos grupos femininos em seus afazeres cotidianos.

Recebido: 08/08/2011  
Aprovado: 10/11/2011